

Nanette e Boné Preto vão à escola: conduta pessoal e escolarização nos anos de 1930

André Luiz Paulilo*

Resumo:

Este artigo analisa a presença de Nanette e Boné Preto na escola, tomando como fonte as fichas da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, publicadas por Arthur Ramos no livro *A criança problema*. A partir das ideias de Roberto Da Matta, foram investigadas as maneiras de a escola perceber a criança e determinadas atitudes de Nanette e Boné Preto na escola. O artigo intenta apreender algumas das dimensões da cultura infantojuvenil ali existente. A preocupação com a cultura escolar da criança despontou no âmbito de uma aproximação entre os estudos de História e Antropologia. A discussão inclui uma preocupação com a história dos tipos sociais e dos padrões de comportamento escolares. Por último, chama a atenção para algumas das dimensões da educação pública brasileira nos anos de 1930.

Palavras-chave:

História da Criança; Escola Primária; Cultura Escolar; Educação Pública (1931-1939); Antropologia.

* Professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

***Nanette and Boné Preto* go to school: personal behavior and schooling in the 1930s**

André Luiz Paulilo

Abstract:

In this study, we analyze the presence of *Nanette* and *Boné Preto* in school using as main source the forms of the Ortofrenia and Mental Hygiene Section published by Arthur Ramos in the book *A criança problema*. Based on the ideas of Roberto da Matta, we investigated the ways school perceives children and some attitudes of *Nanette* and *Boné Preto* in school. In this article, we intend to apprehend some of the dimensions of the children and juvenile culture in the school environment. The concern with the issue of children's school culture has arisen in the context of a confluence between history and anthropology studies. The discussion includes a concern with the history of social types and patterns of school behavior. Finally, the study draws attention to some of the dimensions of the Brazilian public education in the 1930s.

Keywords:

History of the Children; Primary School; School Culture; Public Education (1931-1939); Anthropology.

Nanette y Boné Preto van a la escuela: conducta personal y escolarización en los años de 1930

André Luiz Paulilo

Resumen:

Este artículo analiza la presencia de Nanette y Boné Preto en la escuela, utilizando como fuente de datos las fichas de la Sección de Ortofrenia e Higiene Mental, publicadas por Arthur Ramos en el libro *El niño problema*. A partir de las ideas de Roberto Da Matta, han sido investigadas las formas en que la escuela percibe al niño y las peculiares actitudes asumidas por Nanette y Boné Preto en la escuela. El artículo intenta aprehender algunas de las dimensiones de la cultura infanto-juvenil allí existente. La preocupación con la cultura escolar del niño despuntó en el ámbito de una aproximación entre los estudios de Historia y Antropología. La discusión incluye una preocupación con la historia de los tipos sociales y la de los patrones de comportamiento escolares. Por último, destaca algunas de las dimensiones de la educación pública brasileña en los años de 1930.

Palabras clave:

Historia del Niño; Escuela Primaria; Cultura Escolar; Educación Pública (1931-1939); Antropología.

Nanette e Boné Preto são os apelidos de dois alunos que frequentaram a escola pública primária na cidade do Rio de Janeiro em meados da década de 1930. O primeiro apelido pertenceu a uma menina de 9 anos de idade, o outro a um menino de 15. A.T., filha de holandeses, ingressou na Escola Bárbara Ottoni em 1934. C.J.S. era filho de portugueses e frequentava a Escola Argentina em 1935, vindo de internamento no Instituto João Alfredo. *Encontrei-os* entre as fichas do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação do Distrito Federal, publicadas em 1939 por Arthur Ramos na sua obra *A criação problema*, volume 37 da coleção Atualidades Pedagógicas. Trata-se de dois casos, na amostragem de 270 fichas comentadas neste livro pelo então diretor do Serviço de Ortofrenia, que trazem algum tipo de identificação suplementar às iniciais dos nomes¹. No processo de apagamento das identidades que a divulgação desse tipo de registro exige, as indicações sobre Nanette e Boné Preto pareceram-me relevantes por escaparem à lógica de enquadramento. Especialmente, utilizo esse material para compreender um pouco do aspecto ativo e criador de valor da encrenca na escola dos anos de 1930. Nesse sentido, o objeto de estudo deste ensaio diz respeito ao sistema de relações pessoais de A.T. e C. J. S., conforme foi visto pela escola, e o tipo de inflexão que analiso é o descrito por Roberto Da Matta (1983), a propósito da noção de pessoa como categoria.

Da Matta entende a noção de pessoa como uma operação de sentido sobre o indivíduo. Toma-a de Marcel Mauss (1974), que, em ensaio de 1938, propõe tratar-se de uma categoria do espírito humano elaborada para responder sobre todo fato de consciência e, assim, fundamentar toda a ciência e toda a ação a respeito do “eu”. Mas, com o propósito de estudar uma dinâmica social em que a relação entre “os donos do poder” e os “outros” é escorregadia, confere-lhe outro valor de uso. Para Da Matta (1983, p. 173), a noção de pessoa pode ser caracterizada como “uma máscara que é colocada em cima do indivíduo ou entidade individualizada

1 Na introdução do livro *A criação problema*, Arthur Ramos (1939) informa que o Serviço de Higiene Mental reuniu, em cinco anos de funcionamento, o material de duas mil crianças observadas “em profundidade”. Na publicação, as 270 observações retiradas das fichas da Secção de Ortofrenia e Higiene Mental servem para os estudos de caso que, de acordo com Corrêa (1998), dão fundamento empírico às análises de Arthur Ramos.

que desse modo se transforma em ser social”. Sobretudo, essa definição lhe é útil para mostrar que no Brasil instituímos o sistema de relações pessoais como um dado estrutural da nossa sociedade. Por um lado, Da Matta (1983, p. 173) identifica um plano cotidiano e familiar de “pessoas cujos pedidos não podem ser recusados, cuja obra não pode ser atacada, cujo rosto não pode ser desconhecido, cuja projeção é avassaladora e cujo prestígio não deve ser subestimado”. Por outro, percebe que, nas maneiras de hierarquizar e mantermos as hierarquias do mundo social, “a lei universalizante e igualitária é utilizada frequentemente para servir como um elemento fundamental de sujeição e diferenciação política e social”. O pesquisador contribui, assim, com uma reflexão principalmente útil para tratar de aspectos do sistema de relações pessoais que as regras pretendem enfraquecer ou destruir.

Para discutir o tipo de relações que conferiram personalidade a Nanette e Boné Preto, considere oportuna a aproximação com a abordagem praticada por Da Matta. As suas sugestões de análise do nosso sistema de valores ajuda a entender outras formas de sociabilidade da infância e da juventude que não só as produzidas na escola ou pela família. Fundamentalmente, emprego a ideia de que um sistema de regras aplicado com toda a força pode ser deformado pela moralidade das relações pessoais, de modo que sua aplicação não se faz num vazio, para tentar problematizar um pouco mais a condição de ator social dos alunos. Conforme lembrou Julia (2001), também a cultura dos pátios diz algo sobre a cultura escolar, podendo ser esclarecedor pensá-las a partir da conduta pessoal das crianças. Este é o propósito deste ensaio: tratar das mediações que fizeram de Nanette e Boné Preto mais que as iniciais num prontuário ou um dado global de uma série de documentos.

A infância vista da escola

A ambição pedagógica das várias operações por meio das quais o movimento de reforma dos serviços escolares entre 1931 e 1935, na capital federal, organizou o registro dos resultados alcançados ainda desafia a pesquisa. As constantes e obstinadas práticas dos testes, das quantificações estatísticas ou das mensurações antropométricas ofereceram

à historiografia tanto as fontes quanto uma fecundidade imaginosa. A elaboração de fichas, boletins, quadros e mapas com que, segundo Clarice Nunes (2000), se procurou compreender a realidade escolar também a produziu. Essas ações que resultam da fixação paciente e calculada de uma aparelhagem contribuíram para a abordagem da sujeição da criança por um aparato intolerante. A ênfase no estudo dos dispositivos que constituíam a norma ou que derivavam dela tem mostrado os cânones da ordem e o ângulo impessoal das leis e dos regulamentos para ordenar o mundo massificado dos indivíduos a quem eles se aplicam de modo integral e para quem, nas palavras de Da Matta (1983), foram mesmo feitos. Exemplos marcantes desse tipo de perspectiva aparecem principalmente nas análises dos dispositivos pelos quais a escola produziu controle e coerção sobre a criança.

Estudos sobre a organização do espaço e do tempo escolares (FARIA FILHO; VIDAL, 2000; GALLEGO, 2010; SILVA, 2004), sobre a legislação e as instituições educacionais (FARIA FILHO, 1998; VEIGA; FARIA FILHO, 1999) ou acerca do higienismo (FERLA, 2009; ROCHA, 2003) mostram uma realização ímpar nesse sentido. Uma variada elaboração de dispositivos disciplinares e de esquemas de controle tinha articulação na escola dos anos 1930: por um lado, havia uma espécie de ordenação organizatória da conduta e da aprendizagem das crianças, o que leva a supor que as políticas educativas de então subordinavam a difusão do ensino a razões técnico-pedagógicas; por outro, existia toda uma atenção para os modos dessa intervenção. A série de pesquisas sobre as ações para eliminar, nas crianças, os fatores sociais considerados adversos e produzir um novo futuro, regenerado e civilizado, mostra a escola como parte de um empreendimento que era tanto de prevenção quanto de profilaxia.

Não são outras as perspectivas que emergem da leitura das fichas de Nanette e Boné Preto. Produzidas pela Seção de Ortofrenia e Higiene

Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal, serviam para “organizar os trabalhos de higiene mental preventiva do pré-escolar e os serviços médico-psicológicos do escolar, prevenindo e corrigindo os desajustamentos psíquicos da criança no lar e na escola” (TEIXEIRA, 1935, p. 69)². Portanto, a função dessas fichas era preventiva e profilática. Por um lado, a preocupação do diagnóstico: as fichas colhiam os dados da família, ambiente familiar, história obstétrica materna, desenvolvimento e formação de hábitos, fachada temperamental e caracterologia, funções psicológicas e súmula do exame psicométrico e antropométrico (RAMOS, 1939). Por outro, a criação da Clínica de Hábitos no serviço de pré-escolares da seção expressava os cuidados no acompanhamento e na correção das chamadas crianças problema e o tipo de serviço que os registros das fichas subsidiavam. O projeto de estender a experiência para as escolas do Distrito Federal, com a fundação de Clínicas Ortofrênicas, marca o esforço para reajustar os mal-ajustados aos processos de escolarização. A publicação de *A criança problema* traz os resultados de cinco anos de observações coligidas pela Seção de Ortofrenia e Higiene Mental nas Escolas Experimentais do Distrito Federal. E, conforme esclarece Arthur Ramos (1939, p. XI), é um livro que trata não das crianças anormais, mas das difíceis, das “vítimas de uma série de condições adversas [...] e entre as quais avultam as condições de desajustamento dos seus ambientes social e familiar”.

Nesse enquadramento geral que Arthur Ramos dá à sua obra, os casos de Nanette e Boné Preto ilustrariam, sob o ponto de vista do higienista, os dois polos das condições de vida da criança carioca. A criança mimada, vivendo como prisioneira no lar, cercada de cuidados, impedida de procurar o contato com os outros meninos da vizinhança, aparece como o primeiro deles. O papel fundamental do *entourage* familiar na análise do tipo mimado explicava “falsos atrasos” na escola, como era o caso dos atrasados afetivos, por exemplo. No outro polo, a criança do morro, da

2 O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental foi criado em 1933 como uma seção da Divisão de Pesquisas Educacionais do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal, que, junto com a seção de Antropometria, da mesma divisão do Instituto e da Superintendência de Educação de Saúde e Higiene Escolar, controlava um conjunto de panóplias corretoras da criança.

favela, do barracão, em vida promíscua, dormindo em condições precárias também reunia “caudas de classe” e tipos insubordinados, desobedientes, instáveis, mentirosos ou fujões. No registro e na interpretação dos dados das fichas que organizam o volume publicado por Arthur Ramos, as observações a respeito de Boné Preto são as que vêm primeiro, já no capítulo inicial, “Herança e ambiente”, da primeira parte – “As causas”. Trata-se da ficha número 10 do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, com a seguinte descrição:

CJS, menino de 15 anos, cor branca. Pais portugueses, operários, 2 irmãos, moço de 23 anos, menino de 12 anos. Atualmente a mãe está em Portugal. Moram num quarto, em casa de habitação coletiva, sem acomodação para o menino; não há jardim nem pátio para brincar. O menino vive na rua, em péssima companhia. Gosta muito de cinema, de fitas de cow-boy e de polícia. O menino é sub-alimentado. Deita-se às 20h, levanta-se às 5. Do seu registro de observações:

“1935 – O menino tem vivido sucessivamente com os pais e os padrinhos, seus tios maternos, para quem trabalhava de enxada num sítio que possuíam. Cansado voltou para a casa dos pais. Esteve internado no instituto “João Alfredo” e freqüente a escola “Argentina” com um grupo de colegas. Foge frequentemente de casa. Queixa-se do pai e dos maus tratos. Quando consegue algum dinheiro, bebe aguardente. Foi jornaleiro, com banca na Galeria Cruzeiro, onde pernoitava. Não tendo onde dormir, uns companheiros o levaram para um albergue noturno. Adquiriu o hábito de fumar maconha: “Eu comprava 2 ou 3\$000, que era um bocadinho, a um homem lá na Saúde; fazia um cigarro com o jornal mesmo; aquilo é engraçado ... a gente parece que está voando... vê tudo rodando... quando a gente toma aquilo não sente nada...”

Continuou nessa vida, até que teve uma briga no albergue, indo parar na delegacia. Foi internado algum tempo na Colônia de Alienados de Jacarepaguá até que veio para o Instituto João Alfredo. Já tem feito várias coisas, para ser mandado embora. Quer recobrar sua liberdade. Brigou com um colega, tendo rolado os dois por uma ribanceira existente. Teve de carregar paralelepípedo por castigo. Foge com outros colegas, para ir ao cinema. Às terças-feiras, foge pelos fundos da escola, vestindo uma camisa que trouxe de casa: deixa sapatos e paletó escondidos no mato e vai fazer carretos na Praça Saenz Peña. Tem muitos amigos na rua, dos quais só conhece por apelidos, como “Mineiro”, “Lima”, etc. O seu é “Boné Preto”.

Agosto de 1935 – Tivemos confirmação do caso da maconha. O menino comprou “diamba” nas mãos de um mulato chamado “Tutinha” que lhe passou o embrulho com a herva, disfarçadamente. Sabe que a maconha é proibida pela polícia. Prometeu trazer uma amostra para a escola. Continua fugindo e fazendo carretos na feira. Com o dinheiro que consegue, compra maconha para fumar...”

Apresentado como Observação 1 e publicado nas páginas 13 e 14, o caso abre as histórias que Arthur Ramos analisa. Ele adverte o leitor de que o registro é um exemplo das “condições miseráveis de vida familiar, de habitação, em que vive a criança do Rio de Janeiro, e as repercussões no seu comportamento e rendimento escolares”. Ramos (1939, p. 15) serve-se do expediente para “mostrar como é perigoso o diagnóstico simplista da criança isolada dos seus círculos de influência”. Explica que, sem o conhecimento do meio social de crianças do tipo de Boné Preto, erradamente se falaria de anormalidade, de atraso mental ou de taras nervosas, senão de constituições delinquentiais. Para Arthur Ramos, em casos assim era preciso, antes de tudo, compreender “as influências poderosas de meios desajustados, de conflitos domésticos, de escorraçamento afetivo, de péssimos modelos a imitar, da fadiga em consequência de sub-nutrição e do trabalho” no mau – ou nenhum – rendimento na escola e nos problemas de personalidade e conduta.

O contexto de Nanette é inteiramente outro. Seu registro aparece transcrito ainda na primeira parte da obra, mas já no segundo capítulo, dedicado à criança mimada. As observações a seu respeito servem como exemplo da posição especial que ocupa a criança com dotes físicos na série das crianças mimadas. Nesse caso, as preocupações de Arthur Ramos se voltam para a criança bonita que “está sujeita a ser mimada por todos que a rodeiam, em casa ou na escola”. As observações acerca de Nanette são as de número 11 do livro e correspondiam à ficha de número 106 do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. A propósito da situação que o registro ilustra, Ramos comenta que, na menina, a exaltação da beleza física desenvolveria o seu “complexo especular”, fazendo-a aprender desde cedo a contemplar demasiadamente o seu espelho, como a rainha má do conto “Branca de neve”. Sugere, assim, ser a criança que se desenvolve ouvindo, de todos, expressões de admiração uma vítima da exaltação de seu narcisismo. Ao que se segue a transcrição das observações acerca de Nanette:

AT, menina de 9 anos de idade, cor branca. O pai, natural da Holanda, é industrial; enérgico, sociável, boa saúde física e mental. A mãe, belga, boa educação não tem boa saúde física. Uma irmãzinha de 6 anos que cursa a mesma escola. A família reside no Brasil há um ano e três meses. Moram em casa alugada, bem localizada, com jardim na frente, de aspecto agradável; a casa tem dois pavimentos, boas condições de aeração e iluminação; há acomodação para a criança. Fazem passeios e excursões, recebem visitas freqüentes de pessoas amigas; vão muito ao cinema: “já estou cansada de cinema”, diz a menina.

História obstétrica materna – Nenhuma perturbação física ou mental sofreu a mãe no período de gestação. Nascimento a termo, em condições normais. A menina foi alimentada em mamadeira, sob controle médico. Crescimento normal, boa saúde. Andou e falou em tempo normal, sem complicações.

Deita-se às 21 horas e levanta-se às 8; não demora a conciliar o sono. Às vezes leva brinquedos para o leito; tem medo da escuridão e do isolamento. Seus primeiros companheiros de brinqueado foram os primos e a irmã. Atualmente brinca em casa de manhã e à tarde. Na Escola, brinca com os colegas, com tendência a dominar. Domina muito a irmã menor, ameaçando-a e atemorizando-a. Conta fanfarronada, é tagarela.

Criança bem dotada fisicamente; tem a pele clara, rosada e fina; cabelos compridos, castanhos e em cachos; unhas curtas, bem tratadas. É sociável, alegre, sensível, imaginativa, teatral. Observações da sua ficha: 1935 – AT entrou para esta escola em 1934, logo após a sua chegada de Buenos Aires, onde passara algum tempo. Tipo interessante, falando o francês e o espanhol, despertou a atenção dos colegas, que a cercavam a todo momento para indagações. “Nanette”, como é chamada por todos, em breve tornou-se o enlevo da turma. Este ano, porém, os próprios colegas a julgam presunçosa e vaidosa. Seus gestos são afetados, é desleal e pouco escrupulosa. Não trepida em copiar os trabalhos dos colegas. Certo dia, sendo-lhe dado um exercício de cálculo, limitou-se a copiar os resultados que estavam sobre a mesa e quando inquirida, respondeu: “é assim que costumo fazer; adivinho os resultados”. Suas palavras são acompanhadas de gesticulação e meneios de corpo exagerados.

Agosto de 1935 – A irmãzinha de AT foi chamada a exame médico e recusou-se, alegando receio. Conseguimos apurar, porém, que a irmã a ameaçara: “tudo o que ela fizesse escondido seria descoberto por uma bola de vidro”. Muito mimada pelo pai, que lhe dá alimento na boca, quando a menina se recusa a alimentar. Com a orientação dada pelo Serviço, no sentido de corrigir-lhe as tendências narcísicas, dando-lhe trabalhos de responsabilidades, instruindo os pais sobre os mimos excessivos pode adaptar-se melhor ao regime da Escola.

Mantendo o tom próprio do livro, Arthur Ramos (1939, p. 36-38) esclarece que os problemas escolares de crianças assim não são nada, em comparação com as decepções posteriores causadas no convívio social. Identifica, como consequência dos mimos excessivos, uma postura vacilante na vida social posterior à escola: “ou tímidos agarrados infantilmente à mãe ou apresentando reações anti-sociais, neuróticos, psicóticos ou criminais”. Como Boné Preto, Nanette apresenta problemas de comportamento que resultariam da formação da sua personalidade em meio adverso. Principalmente, as análises de Arthur Ramos procuram descaracterizar a classificação de anormal imputada às crianças que, sem nenhuma anomalia mental, sofriam a ação de causas extrínsecas. Conforme considera, “na criança, o conceito de ‘anormal’ foi antes de tudo, o ponto de vista adulto, a consequência de um enorme sadismo inconsciente de pais e educadores”. Portanto, a finalidade dos serviços da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental era estudar a criança normal e intervir para resolver e ajustar as dificuldades surgidas.

Segundo Mariza Corrêa (1998), em todos os casos analisados por Arthur Ramos, o desajustamento era sempre em relação a uma norma ou a um padrão subjacente de família, de escola e de sociedade. Ela explica que, ao modo dos intelectuais que se definiram como parte da escola Nina Rodrigues, o interesse em tutelar determinadas categorias sociais constituía-se já no processo de analisá-las. No caso de Arthur Ramos, a procura de formas de conhecimento, orientação e controle da criança aproximou-se “da visão de seu mestre a respeito da importância de focalizar áreas ambíguas ou indefinidas das relações sociais como reveladoras, analisando categorias definidas como liminares ou desviantes” (CORRÊA, 1998, p. 305). Assim, a chamada “criança-problema” foi objeto de uma ciência que procurava ajustar o mais cedo possível as crianças, para torná-las membros úteis da sociedade, sem separá-las da família. Mariza Corrêa (1998) chama essa posição de pedagógica e, na sua enfática defesa da ciência empírica como a metodologia mais apropriada para chegar à formulação das leis que governam a natureza e a sociedade, percebe um cuidadoso empreendimento de circunscrição dos limites da liberdade de cada um.

Nesse mesmo veio de trabalho explorado por Mariza Corrêa, Clarice Nunes averigua as tipologias e os perfis criados pela Seção de Ortofrenia e Higiene Mental. Além da criança escorraçada; dos problemas sexuais;

da criança turbulenta e da mimada; do filho único; dos avôs e outros parentes; e dos tiques e manias, também indicados por Corrêa (1998), Nunes (2000) informa que aparecem os casos da criança caçula; da adotiva, da enjeitada e da ilegítima; do escolar proletário; da criança do palácio; da criança feia e da bonita; do filho de viúva; do irmão único entre várias irmãs e da irmã única entre vários irmãos. Nunes (2000, p. 362) mostra que o estudo desses tipos oferecia “modelos explicativos e normas com o objetivo de homogeneização da população mediante a intervenção da escola, da família e do meio social” sobre a criança. De modo que o enquadramento do aluno como deficiente ou portador de distúrbios de caráter, antissocial e egoísta, repetente ou de aprendizagem lenta gerava propostas preventivas e corretivas a serem colocadas em execução pela escola ou pela família. No entendimento de Clarice Nunes (2000), objetivos desse tipo justificaram o estudo do comportamento de pais e professores, no lar e na escola, e a sua atitude em relação às crianças, contribuindo para a elaboração de métodos de observação e análise. A aparência de neutralidade científica de procedimentos como a estatística, o inquérito ou o exame repercutia nas tarefas práticas postuladas pela escola. Para Clarice Nunes (2000, p. 364), tais tarefas carregavam “a autorização para o exercício de uma série de operações intelectuais” pensadas para criar uma representação da escola real e fazê-la predominar sobre o real.

Especialmente sensíveis à visão autoritária de Arthur Ramos das práticas de vida das classes mais pobres da população, Mariza Corrêa e Clarice Nunes criticam-lhe o trabalho de estigmatização das crianças e de suas famílias. Ainda que orientada para reajustar os indivíduos ou mesmo entendida como parte do mesmo contexto no qual atuava a Liga Brasileira de Higiene Mental, a ênfase no tratamento e na determinação afetiva do comportamento problemático da criança assinalava os desígnios indicativos da inferioridade de caráter ou fraqueza moral. Em um penetrante ensaio sobre a sociologia da assimilação, Bauman (1999) afirma que a essência do estigma é enfatizar a diferença, e uma diferença que está, em princípio, além do conserto e que justifica uma exclusão permanente. Entretanto, mostra igualmente tratar-se de uma imputação que compromete a crença na onipotência da educação e da cultura e, assim, modernamente, o estigma foi pensado mais como uma questão de decência e indústria do esforço para a aceitação social. Significativamente, Bauman (1999) entende que a manobra apenas reafirma a inferioridade, a indesejabilidade e o deslocamento

da forma de vida do estigmatizado. Essas suas considerações não só me parecem dar razão ao principal aspecto das censuras de Corrêa e Nunes ao trabalho de Arthur Ramos, mas, principalmente, contribuem para perceber a escola como uma zona de encontro e mediação que, todavia, não escapa aos dilemas da assimilação, da aculturação ou da reprodução social³. Vista desta perspectiva, a criança que a Seção de Ortofrenia e Higiene Mental registrou e procurou conhecer foi tanto aquela para quem a escola definiu os valores e as virtudes quanto aquela de cujas atitudes se suspeitou.

Meneios na escola e diamba

Não sem uma certa licença de uso da distinção que Da Matta (1983) faz entre as categorias de pessoa e indivíduo, um outro código de conduta pode ser detectado nos registros da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental então publicados por Arthur Ramos. Em vez do estigma e da disciplina que os dispositivos escolares fazem incidir sobre os indivíduos, a vida social e seu sistema de pessoas aparecem no estudo das relações por meio das quais Nanette e Boné Preto se uniam à família e aos colegas. Sobretudo, os dados de filiação e amizade sistematizados nos registros das fichas do Serviço de Ortofrenia favorecem a compreensão das relações pessoais que ligavam a criança ao universo social e a suas instituições. Nesse sentido,

3 Tanto a contribuição de Zygmunt Bauman (1999) para a Sociologia da assimilação quanto a compreensão dos processos educacionais de aculturação (GOODY, 1987, 1988; VIÑAO FRAGO, 1993) e as teses sobre a reprodução social (BOURDIEU; PASSERON, 1964, 1975) mostram que a escola foi um dos instrumentos para examinar e avaliar as populações consideradas atrasadas ou insuficientemente nativas segundo o nível de conformidade aos valores dos grupos sociais dominantes. Conforme esses estudos advertem, do mesmo modo que a sua oferta assimiladora, o disfarce da igualdade abstrata da educação escolar servia à rigidez das normas discriminatórias e às finalidades do veredito de inferioridade dos valores não conformistas. Nesse sentido, tem-se também insistido na ambiguidade dos mecanismos escolares de funcionamento, inventariando não só os eventuais fracassos das suas estratégias de imposição cultural, mas as formas de lhes resistir e escapar ou de aproveitar-se deles (LAHIRE, 1997; PAULILO, 2002, 2007; WILLIS, 1991).

os casos de Nanette e Boné Preto chamam a atenção pelo que mostram a respeito da sociabilidade da criança. As menções aos pais e familiares, aos colegas de classe, da escola ou da rua e aos professores põem em cena algo da rede de relações a que essas crianças estiveram ligadas. E se, por um lado, há um bem conhecido e estudado sistema vertical de relações que enreda a criança à família e à escola, por outro, as relações horizontais entre colegas da mesma faixa etária são menos providas de fontes e, talvez por essa razão, ainda pouco analisadas. De todo modo, as fichas da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisa Educacional do Distrito Federal registraram aspectos significativos das relações que as crianças mantinham com as demais pessoas do seu círculo de sociabilidade.

No âmbito da família, Nanette e Boné Preto experimentaram ambientes opostos. A menina era filha de industrial holandês, vivia com os pais em boas acomodações e tinha lazer e acesso à cultura. O rapaz era filho de portugueses operários, morava em quarto de habitação coletiva e ia vivendo entre a casa do pai e dos padrinhos, tios maternos para quem trabalhava com enxada num sítio. Enquanto Nanette era alimentada na boca pelo pai, quando não queria comer, o menino apresentava subnutrição.

Também viviam a rotina escolar de modo diverso. Bem acolhida inicialmente, Nanette ficava à vontade na escola, a ponto de copiar as lições dos outros colegas e alegar razões improváveis para seus êxitos à professora. Não parece ser esse o caso do rapaz cujas descrições da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental mostram bem o seu esforço para estar fora da escola. O trabalho e o lazer rivalizavam com a escola nos compromissos de Boné Preto. As relações que Nanette e Boné Preto mantiveram com os colegas podem servir para apurar outras diferenças ainda. Considerada vaidosa e presunçosa pelos próprios colegas de classe, segundo o registro da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, Nanette mostrou-se afetada e desleal no convívio dentro de um universo tão controlado quanto a escola. No caso de Boné-Preto, em vez do convívio escolar, as descrições dão conta de relações regidas pela contravenção, pelo trabalho e pelo lazer na rua, com colegas que não eram só os da Escola Argentina, mas também os da Galeria Cruzeiro, da Saúde ou da Praça Saenz Peña.

Isso tudo sublinha, portanto, o fato de Nanette e Boné Preto viverem experiências diferentes tanto na escola como na casa e na sociedade. Além das diferenças de gênero, classe social e faixa etária entre ambos,

atuavam diferenciações de gosto e postura. Enquanto a menina dizia já estar cansada de cinema, sublinha-se, nos registros, o gosto do rapaz por fitas de *cowboy* e de polícia. Um “vive na rua, em péssima companhia”, a outra “conta fanfarronada” e é “tagarela”. À preferência de Boné Preto pela rua, contrapõe-se ali o universo doméstico em que vivia Nanette. Por um lado, o menino criou para si uma rede de sociabilidade bastante marginal ao universo da casa e da escola: fugia para escapar da casa do pai ou do trabalho de enxada, trabalhava para comprar maconha e bebida, ia ao cinema com os amigos. Por outro, Nanette, que ameaçava e atemorizava a irmã mais nova, com quem brincava no jardim de casa junto com os primos, parece ter feito da escola extensão da casa. Foi percebida com tendências para também dominar os colegas com quem brincava na escola. As censuras do serviço da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental aos problemas que Nanette e Boné Preto provocavam na escola distinguiam com alguma nitidez não só um caso do outro, mas, principalmente, conjuntos de ações marcados por seus domínios de origem.

No entanto, há em comum a construção – entre seus colegas, no interior da sua rede de amizades e a partir das afinidades próprias ao convívio com seus pares, na escola ou na rua – de sua identidade. Nos registros da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental sobre Nanette e Boné Preto, esse domínio das relações pessoais aparece com alguma relevância. Centro das atenções dos colegas de classe, Nanette “tornou-se o enlevo da turma”. A curiosidade que esse “tipo interessante”, “bem dotada fisicamente”, “falando francês e espanhol” despertou nas outras crianças não escapou ao escrutínio da escola, tendo sido ela, inicialmente, percebida como uma menina “sociável, alegre, sensível, imaginativa, teatral”. Já Boné Preto, que fazia carretos na Saenz Peña, “tinha muitos amigos na rua, dos quais só conhece os apelidos”, foi descrito como fujão e maconheiro.

Em muitos sentidos, os respectivos apelidos expressam essas condições de sociabilidade. Por um lado, o mimoso apelido de Nanette tem um forte componente estético e moral que conserva a graça e o encantamento percebidos na menina. Se Da Matta (1983) tem razão, ao ver nas relações pessoais um domínio privilegiado para o preconceito racial por meio do qual o brasileiro reagiu diante da igualdade jurídica que veio com a abolição da escravidão, essa forma de tratamento sublinha os atributos de aceitação no interior de um sistema de relações raciais fechado e segregacionista. Por outro lado, “Boné Preto” parece ter um sentido mais jocoso: sua lógica

corresponde mais à lógica da caricatura do que à ordem estético-moral. O registro que se tem do apelido do menino da Escola Argentina não é o que dele fizeram os colegas de classe ou escola, mas os da rua, dos quais ele não era diferente nem se distinguia. Provavelmente, na rua também ele só era conhecido pelo apelido. A questão que o tratamento evoca não seria a aceitação ou a segregação, pois o menino era parte do grupo de amigos – seu apelido remetia a algo que o especificava entre os demais: porventura, o uso constante de um boné preto.

Mais uma vez aqui, de acordo com Da Matta (1983), a rua no Brasil é geralmente entendida como o local do castigo, da luta e do trabalho. Talvez seja mesmo esse o sentido que tinham, no registro acerca de Boné Preto, as referências à polícia, à briga e aos carros na praça. Mas, igualmente, num espaço com maior capacidade de controle social, como a escola, as relações pessoais entre as crianças não eram desprovidas de domínios difíceis de enquadrar. Os meneios de corpo, a mentira presunçosa, a vaidade, a deslealdade e o pouco escrúpulo que se veio a perceber em Nanette como afetação de uma menina mimada e cercada pela atenção de todos pareciam servir-lhe para um uso proveitoso da escola. Ao invés de respeitar o sistema geral de classificação, em que as crianças são marcadas por categorias impessoais como a de aluno, Nanette agia como se transcendesse as regras que deveriam constranger as demais crianças da escola. Copiava e mentia, dizendo ter adivinhado as respostas, como se seus dotes já fossem conhecidos por todos, não precisando ser demonstrados, devido ao seu prestígio. Assim, reivindicava tratamento especial, de acordo com o *status* de alguém que não precisava mais ser apresentada e em função de atributos pessoais trazidos de casa. As iniciativas de Boné Preto tinham outra ordem de preocupações, visavam não a um uso que lhe fosse proveitoso da escola, mas que lhe permitisse escapar ao seu controle. Brigou, visando à expulsão do Instituto João Alfredo, como havia brigado no albergue onde dormia. Preferia o cinema à escola, cabulava aula para assistir a filmes com os colegas. Premeditava fugas para fazer carros na Praça Saenz Peña, escondendo no mato sapatos e paletó, para realizar o expediente. Com o dinheiro, comprava maconha para fumar. A ficha de Boné Preto na Seção de Ortofrenia e Higiene Mental cita a franqueza do menino, ao falar de um hábito que satisfazia em grupo: “a gente parece que está voando... vê tudo rodando... quando a gente toma aquilo não sente nada...”. Ao contrário das tendências narcísicas de

Nanette, os modos do relacionamento social de Boné Preto exigiam-lhe jeito e alguma renúncia das prebendas escolares. Vivendo da rua e na rua, Boné Preto era aquele tipo de aluno que portava consigo para a escola algo de seu outro universo de relações⁴.

Tipos sociais, padrões de comportamento e a escrita da história

As considerações que as fichas da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental registram sobre Nanette e Boné Preto, em alguma medida, atestam que a escola pública era tanto um lugar particular quanto um domínio social complexo. Antes de tudo, tratava-se de uma instância de exortações ao aprimoramento pessoal. Segundo um entendimento muito próximo da distinção entre a casa e a rua proposta por Da Matta (1983, p. 70), à rua pertenceriam as más companhias, os malandros e marginais, enquanto se procuravam na casa os indicativos de organização da personalidade. Observam-se, nos registros discutidos por Arthur Ramos, tanto a censura aos tipos de escolhas e de liberdades que a rua pressupunha como os esforços de orientação moral da escola. Nessa perspectiva, o zelo remodelador com que a escola cuidava da correção e da educação da criança tinha na rua a sua contraface. Conforme bem percebeu Marcos Cezar de Freitas (2005, p. 54), esse tipo de mobilização deu “sobrevida à imagem da rua como lugar onde a infância delinqüê”. Por outro lado,

4 Segundo as reflexões de Da Matta (1983, p. 70), a oposição entre rua e casa pode servir como instrumento de análise do mundo social brasileiro, pois a categoria rua “indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões”, implica movimento e novidade; mas, por ser o lugar onde se trabalha, a casa remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares, e sugere harmonia, calma e descanso. Sobretudo interessado no potencial explicativo da complexa relação entre esses dois termos, Da Matta percebe na casa as relações regidas *naturalmente* pelas hierarquias do sexo e das idades; ao passo que, na rua, vê a necessidade de algum esforço para localizar e descobrir essas hierarquias, fundadas que estão em outros eixos de poder.

em relação à casa, a escola também é rua, ao menos num dos sentidos em que Da Matta (1983) a compreende: o de local público, controlado pelo Estado e, assim, lugar de incidência das forças impessoais sobre as quais o nosso controle é mínimo.

Não obstante os esforços – já bem conhecidos, graças aos estudos de Allen (1988) e Rousmaniere (1994), dos quais se utilizaram Kuhlmann Jr. (1998) e Marília Pinto de Carvalho (1999) – para transformar as escolas em lugares agradáveis e substituir sua imagem de prisão cruel por outra: a da escola como extensão da família e do lar, as amizades entre colegas, nos pátios ou nas classes, auxiliavam nos seus deslocamentos e nas passagens de um domínio para outro. O caso de Nanette mostra-o tão bem quanto o de Boné Preto. Na escola, a menina foi de pronto percebida como bem-afeiçoada e sociável e enquadrada a partir das suas características próprias de beleza e criação. A mudança que depois se registra ocorreu no convívio com as outras crianças que primeiro a julgaram vaidosa e presunçosa. O pouco escrúpulo, a mentira e a arrogância demonstrada em suas práticas escolares alertam tanto sobre as artimanhas do convívio entre crianças e das crianças com os adultos quanto acerca do artifício que era fazer a escola parecer uma extensão do lar. Não só as crianças se moviam num ambiente onde arriscavam distanciamento em relação às culturas familiares como também a escola as enquadrava todas segundo o ângulo impessoal e automático das regras, das leis e dos regulamentos.

Ainda que Arthur Ramos (1939) percebesse de outro modo os problemas de comportamento da criança na escola, não parecem ter-lhe escapado nem as artimanhas das atitudes e os desejos da criança, nem o artifício da escola. Sobretudo, entendeu a criança como uma entidade móvel que boiava “à mercê de múltiplas influências do seu meio” e capaz de “reagir das mais variadas maneiras a essas influências”. Especialmente por conta dessa compreensão, Arthur Ramos (1939, p. 09) considerava a escola uma instância da luta contra a onipotência das leis da herança, insistindo na capacidade de ela agir sobre os “fatores ambientes que irão influir sobre o comportamento infantil e seus desvios”. A obra *A criança problema* assume um posicionamento convicto nesse sentido, destacando que “mais poderosas do que as forças da herança, até agora julgadas

onipotentes e soberanas, estão as influências do meio ambiente, cultural e social” (RAMOS, 1939, p. 18). Afasta-se das conclusões extremadas da biologia racial, operando a partir da relação entre tipos sociais e padrões de comportamento. E, apesar de haver, nas análises de Arthur Ramos, uma inconfessa estigmatização da pobreza, os estudos de caso que ele reuniu não só implicam um ponto de vista particular sobre a criança: também favorecem a compreensão do outro lado do esforço de regeneração, à época – os costumes das classes abastadas.

Paradigmático, o caso de Boné Preto tem o registro concebido de modo bem conhecido: pobre e problemático, percebia a rua como alternativa à casa e, principalmente, resistia à escolarização. Trata-se de um perfil que importou à historiografia analisar como recurso para uma compreensão mais acurada do papel da escola no programa de regeneração social e do seu esforço em nos redimir do estigma de preguiçosos e atrasados (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994; SEVCENKO, 2003). Já o de Nanette evoca censuras menos estudadas e que remetem à percepção de uma parte da intelectualidade acerca da incapacidade das elites dirigentes. As análises de Marta Carvalho (1988, 1989, 2003) a respeito do movimento educacional dos anos 1920 notam um Lourenço Filho apregoando que a campanha de regeneração social esbarrava na mentalidade das elites brasileiras; e, principalmente, sua voz ecoando nos centros urbanos do Sudeste, onde a campanha de propaganda da causa educacional estava sendo articulada, tendo como eixo a Associação Brasileira de Educação. Conforme mostrou, nesse sentido, para muitos dos educadores sediados na ABE, “o problema da educação nacional era, antes de tudo, um problema da educação de elites” (CARVALHO, 2003, p. 153). A vaidade e a presunção de Nanette, sua arrogância e falta de escrúpulos pareciam fomentar essa premissa. Sobretudo nas páginas acerca da criança mimada e, em especial com Nanette, Arthur Ramos reúne considerações que se encontravam também nas críticas de muitos daqueles que, como ele, atuaram nos serviços educativos da capital federal⁵. O que parecia estar

5 Especialmente nesse sentido, entre outros, expressaram-se Carneiro Leão (1926, p. 44) e Frota Pessoa (1931, p. 99).

em questão era o prazer excessivo de uma vida exterior, pelo qual se supunha que as famílias abastadas sacrificavam tudo mais, inclusive a educação dos filhos.

Há também uma espécie de estigmatização dos poderosos e autenticamente capitalistas por parte de alguns dos intelectuais de então. Conforme mostrou Sevcenko (2003, p. 56), o arrivismo social dos tempos da Belle Époque misturou “enriquecimentos milagrosos” às “falsas fortunas”, especuladores a golpistas e caça-dotes que punham em alerta e angustiavam os possuidores de capitais estáveis. Não só a miséria e a pobreza urbana inquietavam. A ambição irrefreada e bem-sucedida dos “elegantes” e “sofisticados”, dos “encasacados” e “encartolados” também angustiava. Assim, no conjunto dos estudos sobre a infância no pensamento social brasileiro, o interesse pela estruturação da escola como mecanismo de controle e regeneração de gente como Boné Preto ofuscou a presença de crianças como Nanette. O copioso material recolhido sobre a empresa regeneradora que a escola pôs em cena no início do segundo quarto do século passado contrasta com a exiguidade de registros sobre a conduta das crianças. Como também a história daquilo que Marta Carvalho (2001, p. 291) uma vez chamou de “História da disciplina e da higienização das pessoas” tornou-se um campo densamente povoado, principalmente quando comparado com o estudo do aspecto ativo e voluntarista das culturas infantis ou juvenis. As discussões em torno dos registros que Arthur Ramos reuniu e analisou não constituem exceção a esse padrão.

As formas de conhecimento, orientação e controle das crianças que Mariza Corrêa e Clarice Nunes detectaram em suas investigações acerca do trabalho de Arthur Ramos na Seção de Ortofrenia e Higiene Mental explicam boa parte do processo de redefinição dos dispositivos então empregados. Outras pesquisas vêm precisando as conclusões já consolidadas nesses estudos, e, sobretudo, insistindo no papel que Arthur Ramos teve na produção de propostas preventivas e corretivas a serem praticadas na escola e na família. É nesse sentido que Lopes (2002), Lima (2004), Monarcha (2005) e Sircilli (2006) problematizam as demandas metodológicas da psicologia experimental na educação da criança na escola dos anos 1930. Percebido como um dos protagonistas da psicologização escolar, Arthur Ramos interessou às investigações

a respeito das instituições, que fizeram da escola um campo de estudo do psiquismo normal e das influências deformantes do meio social e cultural. Tanto quanto na produção de Manoel Bomfim (1923), Medeiros e Albuquerque (1924) e Lourenço Filho (1939), em *A criação problema*, os padrões de comportamento dos alunos emergiam de procedimentos experimentais que a historiografia já descreveu com bastante acuidade⁶.

A perspectiva que adotei aqui, no entanto, implicou um ponto de vista particular sobre a experiência escolar da criança daqueles tempos. Em vez de explorar, sobretudo, as determinações de base institucional e especializada que incidiam sobre as crianças, esforcei-me para também notar o modo como essas crianças reafirmavam e refaziam sua presença na escola. Os casos de A. T. e de C. J. S. não me forneceram mais que indícios um tanto enviesados disso, mas suficientemente significativos para aventar algo a respeito da reputação de Nanette e Boné Preto, seus círculos de sociabilidade e de ação na escola. Para lidar com eles, beneficiei-me do uso um tanto livre das interpretações de Da Matta acerca das relações sociais cotidianas e, assim, procurei compreender essas duas crianças nas suas experiências de alunos, e não como objetos de ciência. Apesar de se tratar de um exercício miúdo de análise, a proposta visou mostrar o valor de uma abordagem à contraluz dos processos a partir dos quais a infância foi deduzida⁷. Na prática, devo admitir, este estudo apenas esboça uma compreensão das formas de comportamento da criança na escola dos anos 30 do século passado.

6 Ver, entre outros e principalmente, Campos (2003), Carvalho (2001), Costa (1976), Ferla (2009), Machado (1978) e Nunes (2000).

7 Especialmente Kulhmann Jr. e Rogério Fernandes (2004) e Warde (2001) advertem sobre a importância de discernir quais as variáveis atuantes em cada conjuntura na qual se define uma configuração de infância, sob pena de converter a criança numa mera abstração conceitual.

Referências

ALLEN, A. T. Let us live with our children: kindergarten movements in Germany and the United States, 1880-1914. *History of Education Quarterly*, v. 28, n. 1, p. 23-48, 1988. <http://dx.doi.org/10.2307/368282>

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. PMCID:PMC28186.

BOMFIM, M. *Pensar e dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem*. Rio de Janeiro: Casa Electros, 1923.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. PMid:810517.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris: Minuit, 1964.

CAMPOS, R. H. F. História da Psicologia e História da Educação – conexões. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. (Org.). *Historia e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 129-158. PMid:14502333.

CARNEIRO LEÃO, A. *O ensino na capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Rodrigues e Co., 1926.

CARVALHO, M. M. C. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, M. M. C. Notas para uma reavaliação do movimento educacional brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 66, p. 4-11, ago. 1988.

CARVALHO, M. M. C. O novo, o velho, o perigoso: relendo *A Cultura Brasileira*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 71, p. 29-35, nov. 1989.

CARVALHO, M. M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 291-309.

CARVALHO, M. P. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.

CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

COSTA, J. F. *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Documento, 1976.

DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. PMid:6640170.

FARIA FILHO, L. M. A legislação como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.

GALLEGO, R. C. Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas em São Paulo e a construção da cultura escolar primária – incessantes negociações. In: VIDAL, D. G.; SCHWARTZ, C. M. (Org.). *História das culturas escolares no Brasil*. Vitória: EdUFES, 2010. p. 327-354.

FERLA, L. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo: Alameda, 2009.

FREITAS, M. C. *Alunos rústicos, arcaicos & primitivos: o pensamento social no campo da educação*. São Paulo: Cortez, 2005.

FROTA PESSOA, J. G. *A realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

GOODY, J. *A domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Presença, 1988.

GOODY, J. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C, A. M. (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun., 2001.

KUHLMANN, JR. M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., M.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-33.

LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

LIMA, A. L. G. *O espectro da irregularidade ronda o aluno: um estudo da literatura pedagógica e da legislação sobre a criança-problema*. 2004. 236 p. Tese (Doutorado)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LOPES, E. M. T. A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M. (Org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 319-344. PMID:12044450.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*. São Paulo: Melhoramentos, 1933. (Bibliotheca de Educação, v. 20).

MACHADO, R. et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974.v. 1.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE. *Tests: introdução ao estudo dos meios científicos de julgar a inteligência e a aplicação dos alumnos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.

MONARCHA, C. O triunfo da razão psicotécnica: medida humana e equidade social. In: STEPHANOU, M.; CAMARA BASTOS, M. H. (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2005.v. III – Século XX. p. 129-141.

NUNES, C. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

PAULILO, A. L. O avesso da norma: indolentes, vadios imprudentes e outros tipos escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 15, p. 117-136, set./dez. 2007.

PAULILO, A. L. Saberes bandoleiros: indisciplina e irreverência na produção escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 3, p. 27-45, jan./jun. 2002.

RAMOS, A. *A criação problema: a higiene mental na escola primaria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Bibliotheca Pedagógica Brasileira—Actualidades Pedagógicas, v. 37).

ROCHA, H. H. P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ROUSMANIERE, K. Losing patience and staying professional: women teachers and the problem of classroom discipline in New York City schools in the 1920s. *History of Education Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 49-68, 1994. <http://dx.doi.org/10.2307/369228>

SEVCENKO, N. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, J. C. S. *A Reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro, 1927-1930)*. 2004. 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIRCILLI, F. *A argumentação de Arthur Ramos a favor da Psicanálise na Educação: análise retórica de um livro-argumento*. 2006. 108 p. Dissertação (Mestrado)—Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

TEIXEIRA, A. *Educação pública: administração e desenvolvimento*. Relatório do Director Geral do Departamento de Educação do Districto Federal. Rio de Janeiro: Departamento de Educação, 1935.

VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIÑAO FRAGO, A. *Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

WARDE, M. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 311-332.

WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

Endereço para correspondência:
André Luiz Paulilo
Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
Rua Bertrand Russell, 801
Cidade Universitária Zeferino Vaz
Campinas - SP
CEP: 13083-865
E-mail: paulilo@unicamp.br

Recebido em: 1 nov. 2012
Aprovado em: 21 jan. 2013